



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

TÉCNICO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços de Ventilador Pulmonar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	
				MÍNIMA	MÁXIMA
1	Ventilador pulmonar pediátrico e adulto Cod. Item: 962307	427770	Unidade	1	11
DESCRIPTIVO TÉCNICO COMPLETO					
“Ventilador Pulmonar” (características mínimas)					
1. Aplicação:					
1.1. Ventilação mecânica artificial para pacientes:					
1.1.1. Adultos: incluindo pacientes obesos mórbidos;					
1.1.2. Pediátricos;					
1.1.3. Neonatais a partir de 300g (ou peso inferior);					
1.2. Utilização em:					
1.2.1. Unidade de Terapia Intensiva (UTI);					
1.2.2. Transporte intra-hospitalar para exames;					
2. Características Gerais:					
2.1. Eletrônico microprocessado;					
2.2. Com carro para transporte:					
2.2.1. Compatível com o equipamento e original do fabricante;					
(conforme especificações técnicas informadas no manual do equipamento)					
2.2.2. Com 04 rodízios giratórios, sendo 02 com travas;					
2.2.3. Com braço articulado (suporte do circuito respiratório);					
2.2.4. Com suporte de fixação para umidificador;					
2.3. Para ventilação de pacientes:					
2.3.1. Adultos (até obesidade mórbida);					
2.3.2. Pediátricos;					
2.3.3. Neonatais: a partir de 300g (ou peso inferior);					
2.4. Com ajustes diferenciados, selecionáveis pelo operador, por intermédio de “setup” ou botão específico para os parâmetros de pacientes:					
2.4.1. Adultos/Pediátricos;					
2.4.2. Neonatais;					
2.5. Utilização de sensor de fluxo:					
2.5.1. Proximal e/ou distal;					
2.5.2. Passível de reprocessamento em conformidade à legislação sanitária nacional vigente;					
2.5.3. Não serão considerados sensores passíveis de reprocessamento, se estiverem nas seguintes condições:					
2.5.3.1. Quando a rotulagem do produto apresentar os dizeres “Proibido Reprocessar”, conforme estabelece a RDC/Anvisa nº 156/2006, que dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos;					
2.6. Conjunto válvula expiratória reprocessável:					
2.6.1. Externa;					
2.6.2. Não integrada a válvula inspiratória;					
2.6.3. Com sistema mecânico (tipo anel de travamento) que permita o bloqueio e desbloqueio do conjunto;					
2.7. Correção do volume corrente por BTPS e/ou ATP e/ou ATPS ou similar;					
2.8. Sistema de autoteste ao ligar o equipamento com:					
2.8.1. Calibrações automáticas ou semiautomáticas;					



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

- 2.8.2. Detecções de erros e falhas de funcionamento;
 - 2.9. Operação com apenas um gás em caso de emergência;
 - 2.10. Sistema de interface para:
 - 2.10.1. Computador;
 - 2.10.2. Monitor Multiparamétrico (direta e/ou por acesso a Central de Monitoração);
 - 2.10.3. Chamada de enfermagem;
 - 2.11. Sistema de ajuste para mistura de concentração entre ar e O₂ ("Blender"):
 - 2.11.1. Interno;
 - 2.11.2. Eletrônico;
 - 2.11.3. Concentração de O₂ de 21 a 100 %:
 - 2.11.3.1. Com incrementos de 01%;
 - 2.12. Sistema de nebulização:
 - 2.12.1. Sistema pneumático:
 - 2.12.1.1. Integrado ao ventilador;
 - 2.12.1.2. Com sistema de sincronismo com a fase inspiratória do paciente;
 - 2.12.2. Compatível com sistema por malha vibratória (Aerogen);
 - 2.13. Sistema de memória para registro dos últimos 5.000 eventos/alarmes com data e hora, sem possibilidade de alteração dos dados pelo operador;
 - 2.14. Controles e ajustes com sistema de proteção contra mudança acidental de parâmetros;
 - 2.15. Sistema diferenciado para alarmes, dependendo da prioridade/risco;
 - 2.16. Sistema de ajuste de volume de áudio do alarme que impossibilite ajuste inaudível e/ou inabilitação;
 - 2.17. Silenciador temporário de alarmes com as seguintes funções:
 - 2.17.1. Indicação visual de alarme silenciado;
 - 2.17.2. Rearme automático em tempo igual ou inferior a 02 minutos;
 - 2.18. Sistema de segurança de monitoramento por intermédio de um dos dispositivos abaixo descritos:
 - 2.18.1. Sistema de microprocessador do monitor, independente do sistema de controle do ventilador;
 - 2.18.2. Sistema de processamento que reinicie o programa do ventilador em caso de mau funcionamento temporário generalizado (sistema "watchdog");
 - 2.19. Sistema de autodiagnóstico, indicando código de falhas e/ou erros no monitor para facilitação de procedimentos em manutenção corretiva ("Self-Diagnostic");
 - 2.20. Tendência:
 - 2.20.1. Gráfica;
 - 2.20.2. Numérica;
 - 2.20.3. Com 72 horas de registro;
 - 2.21. Possibilidade de Capnografia Volumétrica por tecnologia *Mainstream*;
 - 2.22. Grau de proteção contra penetração de poeira e líquidos: IP21;
 - 2.23. Potência/consumo máximo admissível de 300 W (VA);
 - 2.24. Com Sistema Terapia de Alto Fluxo de Oxigênio;
 - 2.25. Compatível com sistemas de administração de Óxido Nítrico (NO);
- 3. Sistema de acionamento elétrico:**
- 3.1. Alimentação elétrica 110-220VAC@60Hz por comutação automática;
 - 3.2. Bateria interna:
 - 3.2.1. Com autonomia de 30 min e recarregamento automático, ao conectar o equipamento na rede elétrica;
 - 3.2.2. Tempo de recarga de 100% em 12 horas, considerando a bateria totalmente descarregada;
- 4. Sistema de acionamento pneumático:**
- 4.1. Externo:
 - 4.1.1. Operação em rede de gases de:
 - 4.1.1.1. O₂;
 - 4.1.1.2. Ar comprimido (quando aplicável);
 - 4.1.1.2.1. Funcionamento a partir de 3,06 Kgf/cm² (ou pressão inferior);
 - 4.1.2. Operação em cilindro de:



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

- 4.1.2.1. O₂;
 - 4.1.2.2. Ar comprimido (quando aplicável);
 - 4.1.2.2.1. Funcionamento a partir de 3,06 Kgf/cm² (ou pressão inferior);
 - 4.2. Interno, através de um dos dispositivos descritos abaixo:
 - 4.2.1. Rede de gases;
 - 4.2.2. Compressor interno;
 - 4.2.3. Pistão, ou turbina, ou “blower”:
 - 4.2.3.1. Deverá acompanhar 02 conjuntos de filtros para o sistema de captação de ar;

5. Parâmetros e Controles ajustáveis:

- 5.1. Volume corrente de O₂ a 2.000 ml;
- 5.2. Fluxo inspiratório medido e/ou ajustável de O₂ a 180 litros por minuto;
- 5.3. Pressão inspiratória de 03 a 60 cm de H₂O;
- 5.4. Tempo inspiratório de 0,1 a 10 segundos;
- 5.5. Tempo de detecção de apneia;
- 5.6. Pressão de suporte de 0 a 60 cm de H₂O;
- 5.7. Frequência ventilatória:
 - 5.7.1. Ajustável de 02 a 80 respirações por minuto;
 - 5.7.2. Medida de 01 a 160 respirações por minuto;
- 5.8. Relação I:E visualizada de 4:1 – 1:9;
- 5.9. PEEP ajustável de 0 a 35 cm de H₂O;
- 5.10. Disparo de fluxo (“Trigger”) de 0,2 a 15 l/min;
- 5.11. Rampa de ajuste de fluxo e/ou pressão;
- 5.12. Pausa inspiratória por uma das opções abaixo descritas:
 - 5.12.1. Manual por intermédio de acionamento em botão e/ou programável;
 - 5.12.2. Ajustável de 0 a 1,5 segundos e/ou de 0 a 30% do tempo inspiratório com pulmão insuflado, permitindo procedimentos radiográficos de tórax;
- 5.13. Função de espera (“Standby”);
- 5.14. Terapia de alto fluxo de oxigênio de 05 a 60 litros por minuto;

6. Alarmes audiovisuais de:

- 6.1. Falha do suprimento de gases;
- 6.2. Falha de alimentação elétrica;
- 6.3. Baixo nível de carga de bateria;
- 6.4. Falha de funcionamento, erro técnico (ou similar);
- 6.5. Pressão de vias aéreas:
 - 6.5.1. Alta;
 - 6.5.2. Baixa (ou similar);
- 6.6. Tempo de apneia;
- 6.7. Volume:
 - 6.7.1. Corrente alto ou minuto alto;
 - 6.7.2. Corrente baixo ou minuto baixo;
- 6.8. Frequência respiratória:
 - 6.8.1. Alta;
 - 6.8.2. Baixa;
- 6.9. Baixo PEEP, ou perda do PEEP, ou pressão baixa de linha de base;
- 6.10. Alto FiO₂;
- 6.11. Baixo FiO₂;
- 6.12. Tubo bloqueado (direto ou indireto);

7. Monitoração:

- 7.1. Monitor:
 - 7.1.1. Colorido;
 - 7.1.2. Tela ≥ 8.4” em diagonal;
 - 7.1.3. De cristal líquido de matriz ativa tipo TFT (ou similar), ou LED, ou OLED;
 - 7.1.4. Com sistema de sensibilidade ao toque (“touchscreen”);
 - 7.1.5. Com sistema de Captura de Tela (“Screenshot”);



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

- 7.1.6. Apresentação simultânea de 03 traçados em tempo real, sem necessidade de pressionar nenhum botão/tecla, função, setas/cursos e barra de rolagem (ou similares) para visualização das curvas;
- 7.2. Sistema de alimentação elétrica do monitor, integrado ao do gabinete do equipamento, sem necessidade de alimentação auxiliar externa;
- 7.3. Curvas:
 - 7.3.1. Volume;
 - 7.3.2. Pressão;
 - 7.3.3. Fluxo;
- 7.4. Alças ("Loop"):
 - 7.4.1. Volume x Fluxo;
 - 7.4.2. Pressão x Volume;
- 7.5. Valores numéricos:
 - 7.5.1. Pressão das vias aéreas:
 - 7.5.1.1. Pico;
 - 7.5.1.2. Platô;
 - 7.5.1.3. Média;
 - 7.5.1.4. PEEP/CPAP;
 - 7.5.2. Concentração inspiratória de O₂;
 - 7.5.3. Relação I:E (direto);
 - 7.5.4. Frequência respiratória total e/ou espontânea;
 - 7.5.5. Volumes:
 - 7.5.5.1. Corrente expirado;
 - 7.5.5.2. Corrente inspirado;
 - 7.5.5.3. Minuto inspirado e/ou expirado;
 - 7.5.6. Fluxos:
 - 7.5.6.1. Inspiratório máximo;
 - 7.5.6.2. Expiratório máximo/final (direto ou indireto, por congelamento da curva de fluxo e/ou disponível no registro de tendências);
 - 7.5.7. Tempo:
 - 7.5.7.1. Inspiratório (direto ou indireto);
 - 7.5.7.2. Expiratório (direto ou indireto);
 - 7.5.8. Complacência:
 - 7.5.8.1. Estática e/ou Dinâmica;
 - 7.5.9. Fugas (direto ou indireto);
 - 7.5.10. Resistência do circuito respiratório (para sensor de fluxo distal - vide item 2.5.1): monitorada de maneira contínua e/ou disponível durante o autoteste e/ou disponível durante o teste de fuga do circuito do paciente;
 - 7.5.11. Constante de tempo (direto ou indireto);
 - 7.5.12. PEEP intrínseco ("AutoPEEP");
 - 7.5.13. P_{0,1} (direto);
 - 7.5.14. Índice de Tobin: relação frequência/volume (direto);
- 8. **Modos Ventilatórios:**
 - 8.1. Ventilação espontânea;
 - 8.2. Ventilação de reserva ("backup") em modos:
 - 8.2.1. Assistidos e/ou espontâneos;
 - 8.3. Ventilação com compensação de fugas;
 - 8.4. Ventilação não invasiva (NIV, VNI ou similar);
 - 8.5. VCV (IPPV, CMV, ou similar): ventilação controlada a volume;
 - 8.6. VCV Assistida: ventilação controlada a volume assistida;
 - 8.7. PCV: ventilação controlada a pressão;
 - 8.8. PCV Assistida: ventilação controlada a pressão assistida;
 - 8.9. PSV: ventilação com pressão de suporte;
 - 8.10. SIMV: ventilação mandatória intermitente sincronizada a volume;
 - 8.11. SIMV combinada com pressão de suporte;
 - 8.12. SIMV-P: ventilação mandatória intermitente sincronizada a pressão;
 - 8.13. SIMV-P combinada com pressão de suporte;



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

- 8.14.** BIPAP (BILEVEL, DUOPAP, BIPV, BIVENT, ou similar): ventilação controlada por dois níveis de pressão com válvula expiratória ativa;
- 8.15.** CPAP: pressão positiva contínua nas vias aéreas;
- 8.16.** MMV (ASV, GMV, VS, BILEVEL-VG, VTPS, PCV-TCPL-VG ou similar): ventilação com volume-minuto garantido (ou volume alvo corrente assegurado) ou ventilação por dois níveis de pressão contínua nas vias aéreas com entrega de volume garantido;
- 8.17.** APRV (ou similar): ventilação com liberação de pressão nas vias aéreas;
- 8.18.** PRVC (AUTOFLOW, VTPC, APV, VV+, PCV-VG, ou similar): ventilação controlada a volume com pressão regulada;
- 8.19.** Terapia de Alto Fluxo de Oxigênio: fornecimento de faixa de oxigênio adequada em alto fluxo;
- 8.20.** “Flush de O₂”: Sistema temporizado de entrega com 100% de oxigênio, para a realização de procedimentos de aspiração com inibição de alarmes e retorno automático para concentração original programada;
- 8.21.** Uma das modalidades avançadas abaixo descritas:
 - 8.21.1.** NAVA (ou similar): ajuste ventilatório neural assistido;
 - 8.21.2.** PAV (ou similar): ajuste anti-assincronia entre paciente e ventilador pulmonar;
 - 8.21.3.** ASV (ou similar): ventilação de suporte adaptativo;
 - 8.21.4.** SmartCare (ou similar): ventilação por protocolo clínico automatizado, para estabilizar a respiração espontânea e reduzir automaticamente o suporte ventilatório;
 - 8.21.5.** PS-Pró (ou similar): Ventilação a pressão de suporte automatizada pela monitoração/controle de volume corrente expirado e com a frequência de manutenção onde o paciente passa automaticamente para ventilação assistida e/ou espontânea;
 - 8.21.6.** Automode (ou similar): sistema de ventilação com alternância automática entre ventilação controlada e assistida, dependendo da resposta do paciente, permitindo uma melhor interação entre paciente-ventilador;
 - 8.21.7.** VSinc (ou similar): Modalidade que viabiliza a diminuição automática da pressão das vias aéreas, com redução progressiva da mesma de acordo com melhora da mecânica e “drive” respiratório do paciente sem intervenção do operador, com garantia de volume e fluxo automático;
 - 8.21.8.** Ventilação Neonatal através de prongas nasais, do tipo nCPAP;

9. Acessórios:

- 9.1.** 04 circuitos de pacientes adultos em silicone, corrugados externamente e lisos internamente, permitindo esterilização total em autoclave a vapor:
 - 9.1.1.** Com 02 extensões de traqueia em silicone, sendo 01 no ramo inspiratório e o outro no ramo expiratório;
 - 9.1.2.** Com 02 coletores de água em polisulfona (PSU) ou polifenilsufona (PPSU), ou polieterimida (PEI), sendo 01 no ramo inspiratório e o outro no ramo expiratório;
 - 9.1.3.** Acompanhada de conector em “Y”;
 - 9.1.4.** Comprimento entre 1,5 m a 1,7 m;
 - 9.1.5.** Diâmetro de 22 mm;
 - 9.1.6.** Homologada pelo fabricante e/ou seu representante autorizado;
- 9.2.** 02 circuitos de pacientes neonatais/pediátricos em silicone, corrugados externamente e lisos internamente, permitindo esterilização total em autoclave a vapor:
 - 9.2.1.** Traqueia em silicone para conexão no ramo inspiratório com a jarra umidificadora;
 - 9.2.2.** Com 02 coletores de água em polisulfona (PSU) ou polifenilsufona (PPSU), ou polieterimida (PEI), sendo 01 no ramo inspiratório e o outro no ramo expiratório;
 - 9.2.3.** Acompanhada de conector em “Y”;
 - 9.2.4.** Diâmetro de 15 mm;
 - 9.2.5.** Homologada pelo fabricante e/ou seu representante autorizado;
- 9.3.** 03 válvulas expiratórias reprocessáveis reservas, sendo:
 - 9.3.1.** 02 unidades tamanho adulto/pediátrico;
 - 9.3.2.** 01 unidade tamanho neonatal;
- 9.4.** Sensores de fluxo de reserva:
 - 9.4.1.** 03 unidades para equipamentos que utilizam sensores externos, sendo:
 - 9.4.1.1.** 02 unidades tamanho adulto/pediátrico;



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

- 9.4.1.2.** 01 unidade tamanho neonatal;
9.4.2. 01 unidade para equipamentos que utilizam sensores internos;
9.5. Demais acessórios necessários para garantir o perfeito funcionamento do equipamento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

Vigência da Contratação

1.4. A vigência obedecerá às condições contidas no Item 7.1. e subitens deste Termo de Referência.

Subcontratação

1.5. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1.5.1. O uso de rede credenciada ou autorizada pelo fabricante para a prestação de serviços de garantia não caracteriza subcontratação da execução do contrato.

Adesão à Ata de Registro de Preços

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação, conforme justificativa apresentada nos autos do processo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como objetivo a criação de Ata de Registro de preços para aquisição de ventilador pulmonar invasivo.

Trata-se de um equipamento de suporte à vida, imprescindível para a terapia de ventilação mecânica pulmonar, em pacientes nas diversas áreas de internação. Atualmente, o hospital de Clínicas possui em seu parque de ventiladores mecânicos, 151 equipamentos, sendo que 50% desses, contam com mais de 10 anos de operação e necessitam de substituição e atualização tecnológica. Além do exposto, há de considerar-se o número expressivo de máquinas que aguardam manutenção corretiva, tecnologia adequada/indicada para aplicação em áreas específicas, como a Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. Cabe ressaltar que 33 equipamentos estão com proposta de “End of life” para 2026, questão já formalizada pelo fabricante.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, por meio da demanda nº 5042, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Diante do fracasso do processo licitatório, que apresentou barreiras que precisaram ser consideradas nesta nova tentativa de aquisição, conforme registrado no Pregão Eletrônico DGA Saúde nº 90225/2025, concluiu-se que há necessidade de ajustes no descritivo técnico e nas condições de participação, com o objetivo de ampliar a competitividade sem comprometer a qualidade técnica exigida para o equipamento.

A solução proposta consiste na aquisição de 11 (onze) ventiladores pulmonares com recursos avançados, destinados às unidades de terapia intensiva adulto e pediátrica do Hospital de Clínicas da Unicamp, com as seguintes características e benefícios:

Características Técnicas Essenciais

- Versatilidade de aplicação: Os ventiladores devem atender pacientes de todas as faixas etárias



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

(neonatos a partir de 500g, pediátricos e adultos, incluindo obesos mórbidos), conforme especificado no descritivo técnico;

- Modalidades ventilatórias avançadas: Equipamentos capazes de oferecer múltiplas modalidades ventilatórias, incluindo ventilação não invasiva e terapia de alto fluxo, permitindo tratamento personalizado conforme a necessidade clínica de cada paciente;
- Monitorização avançada: Sistema de monitorização completo com curvas de volume, pressão e fluxo, além de capnografia volumétrica por tecnologia mainstream, essencial para o acompanhamento preciso da função respiratória;
- Segurança operacional: Sistemas de alarmes diferenciados por prioridade, sistema de segurança de monitoramento independente, e bateria interna com autonomia mínima de 30 minutos.

A aquisição de ventiladores pulmonares invasivos é uma decisão estratégica e essencial para garantir cuidados avançados a pacientes críticos. Ele é projetado para fornecer suporte ventilatório em casos de insuficiência respiratória grave, mantendo a oxigenação e ventilação adequadas do paciente, substituindo ou auxiliando a função respiratória natural. O equipamento controla com precisão parâmetros como volume corrente, pressão e frequência respiratória, permite diferentes modos ventilatórios (controlado, assistido, espontâneo e híbridos), adaptando-se às necessidades do paciente e monitora em tempo real parâmetros respiratórios, ajudando a equipe a ajustar rapidamente o suporte ventilatório. Promove segurança aos pacientes, ajuda a prevenir complicações como hipóxia, acidose respiratória ou parada respiratória, reduz o esforço respiratório do paciente, promovendo recuperação mais rápida. É indicado para diversas situações, como tratamento de COVID-19, DPOC grave, ARDS (Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo) e procedimentos cirúrgicos complexos. Com uma manutenção adequada, um ventilador pulmonar pode ter uma vida útil entre 7 a 10 anos, dependendo da marca e do modelo. Sua manutenção preventiva inclui calibração e limpeza de sensores, troca de filtros e lubrificação de componentes mecânicos, seguindo o cronograma de manutenção do fabricante garante-se alta confiabilidade. Embora o investimento inicial seja significativo, os benefícios diretos e indiretos incluem a redução do tempo de internação em UTI devido ao manejo eficiente das condições respiratórias, melhor reputação e credibilidade do hospital, otimização dos recursos da equipe médica, liberando tempo para outros cuidados críticos, entre outros. Em suma, o ventilador pulmonar invasivo não é apenas um equipamento; é uma ferramenta indispensável para oferecer cuidados de excelência e consolidar a posição do seu hospital como referência no atendimento crítico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Qualificação Técnica

4.1.1. Não será exigida documentação de qualificação técnica das licitantes.

4.2. Da Exigência de Ficha Técnica, Catálogo ou Equivalente

4.2.1. Para verificar se o objeto ofertado atende às exigências contidas no edital, após solicitação do pregoeiro, deverá ser apresentado pela licitante vencedora da fase de lances, no campo próprio do sistema da plataforma compras.gov:

a) Ficha técnica com as características do equipamento, podendo ser incluída na própria proposta;

b) Catálogo (s) técnico (s) e/ou manual (is) técnico (s) do fabricante que contemplem as características do descritivo técnico;

4.2.2. A proposta deverá conter indicação de fabricante, marca / modelo, procedência do objeto e número do registro ANVISA, as condições comerciais e características técnicas do equipamento, observadas as especificações técnicas contidas na tabela do subitem 1.1.

4.2.2.1. Deverá, se houver, ser informada a referência do produto.

4.3. Da Exigência da Apresentação de Documentação Complementar pela Licitante Vencedora

4.3.1. O envio da proposta implicará o pleno e inequívoco entendimento de que a licitante reúne condições de apresentar os seguintes documentos, caso seja a vencedora da fase de lances:



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

a) Certificado de Registro do Produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA ou cópia da publicação no Diário Oficial da União, onde consta o produto e o cabeçalho identificando a Regulamentação Específica (RE) que registrou o produto em conformidade com a RDC 751/2022;

b) Certificado de conformidade do equipamento a ser fornecido, pela norma: NBR IEC ou IEC 60601-1, IEC 60601-1-2 e NBR ISO 80601-2-12.

c) Declaração assinada pelo “Responsável Técnico e/ou Legal da Empresa” que ficará obrigada a garantir, após a aceitação dos equipamentos: manutenção, calibração, peças de reposição e material de consumo.

4.3.2. A documentação deverá ser enviada para o e-mail licita.materiais.saude@dga.unicamp.br no prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, após o encerramento da sessão pública, para conferência e sua juntada aos autos do processo da contratação.

4.3.3. A documentação original ou por cópia autenticada ou simples, juntamente com o original para cotejo, poderá ser solicitada por essa Administração, a seu critério, a qual deverá ser entregue no endereço constante no preâmbulo do edital.

4.3.3.1. Documentos autenticados eletronicamente em substituição à cópia autenticada ou simples serão aceitos desde que demonstrada a utilização de certificação ICP-Brasil.

4.3.4. Referida documentação deverá estar válida no momento de sua apresentação e de toda a execução do instrumento contratual.

4.3.4.1. No caso de a validade expirar no decorrer desse período, deverá ser providenciada a sua revalidação em tempo hábil para não haver prejuízo na entrega do objeto. Os documentos revalidados deverão ter as respectivas cópias encaminhadas à Divisão de Contratos da Diretoria Geral da Administração da UNICAMP.

4.3.5. A não apresentação da documentação ou a sua entrega em desacordo com o objeto licitado ensejará a aplicação de penalidades previstas neste Termo de Referência.

4.4. Indicação de Marcas ou Modelos

4.4.1. Não se aplica à presente contratação.

4.5. Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto

4.5.1. Não se aplica à presente contratação.

4.6. Da Exigência de Amostra

4.6.1. Não se aplica à presente contratação.

4.7. Dos Requisitos Específicos – Equipamentos Médico-Hospitalares (CEB)

4.7.1. A Contratada deverá oferecer à Contratante, no prazo de 05 (dias) dias **úteis** contados da assinatura do contrato, quando aplicável, o detalhamento técnico referente às necessidades de pré-instalação do equipamento, com instrução a respeito das instalações de rede elétrica, água e esgoto, aterramento, temperatura, dimensões do local, blindagem, umidade, poeira, partículas ou poluentes, proteção ambiental, riscos de acidentes e demais condições pertinentes à instalação e funcionamento do equipamento.

4.7.1.1. Nesse mesmo prazo, a Contratada deverá entregar documento indicando o local onde será ministrado o treinamento técnico quanto ao funcionamento e manutenção do equipamento, bem como



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

a sua duração e conteúdo.

4.7.2. O objeto, acompanhado da sua documentação técnica detalhada, contendo informações sobre todas as partes / peças, itens e subitens, acessórios e periféricos que o compõem, bem como do documento fiscal e do termo de garantia, deverá ser entregue de uma só vez no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados da assinatura do contrato, no local e horário indicados a seguir: Hospital de Clínicas, localizado na Avenida Oswaldo Cruz, s/n – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo – Campinas / SP, CEP 13.083-876, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 16h30 - Almoxarifado do HC da UNICAMP.

4.7.2.1. A documentação técnica deverá ser entregue, ao HC, junto ao objeto, da seguinte forma:

- a) para o Centro de Engenharia Biomédica (CEB), uma via do manual de serviço e do manual de operação para cada item distinto do objeto licitado;
- b) para o hospital / órgão usuário do equipamento, o número de vias do manual de operação correspondente à quantidade definida para cada item do objeto da contratação.

4.7.2.2. O Manual de Serviço, que deverá conter informações legíveis redigidas em português e/ou inglês e/ou espanhol, compreende:

- a) esquemas elétricos, eletrônicos, mecânicos, pneumáticos, detalhados em nível de placa;
- b) desenho explodido de todas as partes do equipamento;
- c) procedimentos de calibração e de manutenção preventiva e corretiva;
- d) lista completa de peças com os respectivos códigos;
- e) lista de equipamentos e ferramentas necessários à manutenção, calibração e controle de qualidade;

4.7.3. No caso de a Contratada ter ofertado na proposta dispositivos, acessórios, softwares, além dos que foram solicitados no Termo de Referência, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados e sem ônus à Unicamp.

4.7.3.1. No caso do equipamento vir acompanhado de "software / firmware" com finalidade de auxiliar na execução de reparos / calibrações (parte dos aplicativos fornecidos com o equipamento), deverá ser permitido acesso (informar senhas de acesso em níveis necessários à manutenção do equipamento) e fornecido o devido treinamento que habilite o técnico do CEB a utilizá-lo como ferramenta de trabalho nos reparos que se fizerem necessários. O software / firmware não deve possuir licenças com acesso sujeitas a expirar após um determinado período de tempo, nem sujeitas a outras restrições de uso no referido equipamento.

4.7.3.2. O formato dos dados identificando a compatibilidade de softwares e/ou hardware deverá ser informado pela Contratada.

4.7.3.3. Os vícios e/ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal do equipamento e peças ou defeitos de software / firmware são de responsabilidade da Contratada, a qual se obriga a realizar a reparação dos mesmos e as substituições que se fizerem necessárias sem ônus à Unicamp.

4.7.4. A instalação do equipamento será realizada pela Contratada na presença de técnicos do CEB e sem ônus à Unicamp, em data agendada pelo CEB com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da vinda do técnico para a instalação e demonstração do mesmo.

4.7.4.1. A instalação compreende a conferência de partes e peças, a montagem do equipamento, a realização de ajustes e calibrações necessários ao perfeito funcionamento do mesmo, a realização de testes finais e demonstração.



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

4.8. Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.8.1. Não se aplica a presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Fornecimento

5.1.1. A forma de fornecimento do objeto será definida no respectivo instrumento contratual.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias corridos, em remessa única, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço e horário:

5.2.3.1. **Hospital de Clínicas:** Avenida Oswaldo Cruz, s/n – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo – Campinas / SP, CEP 13.083-876, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 16h30 - Almojarifado do HC da UNICAMP.

5.2.3.2. Por se tratar de equipamento médico, a entrega deverá ocorrer diretamente para o HC, com o acompanhamento dos Engenheiros Clínicos.

5.2.4. A altura máxima dos veículos que circulam pelo Campus Campinas não pode ultrapassar os 3,2 m.

5.3. Recebimento

5.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da conclusão da entrega do objeto, deste Termo de Referência, e da apresentação da respectiva nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação, formalizada mediante termo detalhado.

5.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal / Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

5.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.4. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva e preventiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.4.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.4.4.1. A empresa deverá responder à solicitação de manutenção corretiva no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas para equipamentos e programas, a contar do conhecimento desta.

5.4.5. Entende-se como manutenção preventiva, as rotinas de revisão, limpeza, calibração e testes, com a frequência recomendada pelo fabricante, cujo objetivo é o de evitar a ocorrência de defeitos e acidentes, bem como de garantir o contínuo e perfeito funcionamento dos equipamentos em condições seguras de operação, incluindo também a realização dos reparos dos defeitos detectados durante a execução dessas rotinas.

5.4.5.1. Deverão ser realizadas todas as preventivas e aferições na periodicidade indicada pelo fabricante.

5.4.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.4.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.4.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.4.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.4.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da



**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR REGISTRO DE
PREÇOS – ÁREA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

garantia dos equipamentos.

5.4.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.4.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Campinas, 31 de Março de 2026.

Adriana Santos Bueno
Engenheira Clínica
Coordenadoria de Administração
Hospital de Clínicas da Unicamp

Davi Vieira da Silva
Matrícula: 184760
Comprador
Divisão de Suprimentos
Hospital de Clínicas da Unicamp

Documento assinado eletronicamente por DAVI VIEIRA DA SILVA, DAVIHC, em 31/03/2026, às 10:09 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA SANTOS BUENO, ENGENHEIRA CLÍNICA, em 31/03/2026, às 10:14 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
9799E6B0 CFBB43E3 8BBE177D D87DA435**





TERMO DE REFERÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS - ÁREA DA SAÚDE

Minuta aprovada pelo
Parecer PG nº 2471,
de 2025 e Despacho
PG nº 4566, de 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS ADMINISTRATIVO

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Os fornecedores registrados por meio da Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

6.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato ou instrumento equivalente, cujas condições gerais estão descritas no Item 7 do presente Termo de Referência.

6.3.1. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou, quando adotado instrumento contratual simplificado, confirmar o seu recebimento, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.4. As condições específicas inerentes à gestão e à execução do registro de preços constará detalhadamente na Ata de Registro de Preços, cuja minuta será anexada ao instrumento convocatório.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, caput da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O contrato ou instrumento hábil equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento hábil equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações



TERMO DE REFERÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS - ÁREA DA SAÚDE

Minuta aprovada pelo
Parecer PG nº 2471,
de 2025 e Despacho
PG nº 4566, de 2025

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. Garantia da Contratação

7.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Fiscalização

7.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8.2. O fiscal do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

7.9. Gestor do contrato

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Liquidação

8.1.1. Recebido provisoriamente o objeto, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão iniciados os prazos para recebimento definitivo, liquidação e pagamento do contrato ou da parcela de referência.

8.1.2. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto integralmente ou da parcela, limitando-se ao prazo de pagamento estabelecido ao fornecedor estabelecido no item 8.2 do Termo de Referência.

8.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2. Prazo de pagamento

8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante a apresentação de documento fiscal equivalente, desde que

Versão 09/09/2025

tenha ocorrido o recebimento definitivo do objeto integralmente ou da respectiva parcela, nos termos do item 5.3 e subsequentes deste Termo de Referência.

8.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

8.3. Forma de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017, alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000/2021.

8.3.1.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

8.3.2. O Contratante, por ocasião do pagamento, efetuará a retenção de tributos determinada por normativas vigentes, ainda que não haja indicação de retenção no documento fiscal apresentado. As retenções não realizadas no pagamento ao fornecedor tempestivamente poderão ser objeto de desconto em pagamentos futuros.

8.3.2.1. As retenções tributárias efetuadas pelo Contratante, sobre o fornecimento de bens, devem observar a Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, exclusivamente para Imposto sobre a renda (IR). Devido à ausência de convênio entre o Estado de São Paulo e a União, o Contratante não efetuará retenção das contribuições para o PIS, COFINS e CSLL, motivo pelo qual o Contratado não deverá destacar tais contribuições nos respectivos documentos fiscais.

8.3.2.2. Os documentos fiscais competentes, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o art. 55, do Anexo I, do Regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto estadual nº 45.490/00.

8.3.2.2.1. Nos casos do subitem acima, tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica deverá ser, também, destacado nesse mesmo documento

8.3.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto nos casos em que, por força da legislação vigente, essas retenções sejam devidas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;
- e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

9.2.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos descritos nos itens seguintes, conforme sua natureza jurídica.

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo

da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



TERMO DE REFERÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS - ÁREA DA SAÚDE

Minuta aprovada pelo
Parecer PG nº 2471,
de 2025 e Despacho
PG nº 4566, de 2025

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1 Não será exigida qualificação econômico-financeira na presente contratação.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. A qualificação técnica obedecerá às condições contidas no Item 4.1 e subitens deste Termo de Referência.

9.7. Outras comprovações

9.7.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, mediante:

9.7.1.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

9.7.1.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

9.7.1.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7.1.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9.7.2. Será admitida a participação de cooperativas, mediante apresentação da seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

9.7.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.7.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.7.2.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.7.2.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

9.7.2.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.7.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9.7.2.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9.7.3. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.4. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7.6. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



TERMO DE REFERÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS - ÁREA DA SAÚDE

Minuta aprovada pelo
Parecer PG nº 2471,
de 2025 e Despacho
PG nº 4566, de 2025

9.7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registro de Preços.

Campinas, 24 de outubro de 2025

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Documento assinado eletronicamente por MARCOS GUSTAVO TENORIO, TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 24/10/2025, às 11:02 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por HELOISA DE CASSIA RONCOLATO, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 24/10/2025, às 14:19 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
398EFFD8 231C4590 8FE5109E 4B8FDB02**

